

7° COLOQUIO DE TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS – 2008  
6. Fronteiras, Desenvolvimento e Integração Regional

**CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO NO ESTADO DO  
RIO GRANDE DO SUL: 1991-2006**

Vanessa Krützmänn<sup>1</sup>  
Angélica Massuquetti<sup>2</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é analisar os processos de crescimento e de desenvolvimento sócio-econômico no estado do Rio Grande do Sul a partir da década de 1990. Os Coredes que compõem o estado também foram avaliados com o intuito de verificar se o desenvolvimento está ocorrendo de modo homogêneo em toda a região. Observou-se que o estado atingiu índices de desenvolvimento mais elevados após o ano 2000, em comparação com os dados de 1991, caracterizando uma evolução durante os anos noventa. Por outro lado, este desenvolvimento não foi homogêneo, como ocorreu, por exemplo, no Corede Campanha que apresentou uma queda do *IDESE Saúde* neste mesmo período.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crescimento; Desenvolvimento; COREDE.

**CRECIMIENTO Y DESARROLLO SOCIOECONÓMICO EN EL ESTADO DEL RIO  
GRANDE DEL SUR: 1991-2006**

**Resumen:** El propósito de este artículo es examinar los procesos de crecimiento y el desarrollo socioeconómico en el Estado del Rio Grande del Sur a partir de la década de 1990. Los Coredes que componen el estado también fueran evaluados con la intención de verificar si el desarrollo está ocurriendo de modo homogêneo en toda la región. Fue observado que el estado alcanzó índices de desarrollo más elevados después del año 2000, en comparación con los datos de 1991, caracterizando una evolución durante los años noventa. De otro lado, este desarrollo no fue homogêneo, como ocurrió, por ejemplo, en el Corede Campanha que presentó una decadencia do *IDESE Salud* neste mismo período.

**Palabras Clave:** Crecimiento, Desarrollo; COREDE.

## 1 Introdução

De acordo com Prado (2001), a distribuição da propriedade da terra e o investimento em educação básica deveriam ocorrer antes da aceleração do crescimento econômico, pois seriam maneiras de evitar o aprofundamento das desigualdades sociais que acompanham o processo de crescimento econômico. No caso do Rio Grande do Sul, seu processo de colonização ocorreu através da divisão das terras em pequenas propriedades rurais, utilizando na sua grande maioria o trabalho familiar e favorecendo a divisão eqüitativa da renda. Em relação à educação, as políticas públicas estaduais, desde o período da Primeira República, se destinaram à escolarização infantil e ao ensino profissional, fazendo com que o estado conseguisse ter um melhor nível de desenvolvimento. Estas circunstâncias

---

<sup>1</sup> Ciências Econômicas (UNISINOS) – vanessakrutzmann@hotmail.com

<sup>2</sup> Ciências Econômicas (UNISINOS) – angelicam@unisinós.br

diferenciaram o processo de desenvolvimento estadual em relação às outras regiões do país.

Outra circunstância que também contribuiu para o desenvolvimento do padrão de vida da população foi a formação de mercado, enquanto a maioria dos estados brasileiros iniciou sendo agro-exportador, o Rio Grande do Sul voltou-se primeiramente para o mercado nacional e, posteriormente, para o regional, estimulando a formação da indústria local, o consumo local e reduzindo a concentração de renda, conforme se pode observar através de Accurso (2002, p. 13):

O Rio Grande do Sul teve, ao longo dos anos, capacidade de recolher os estímulos que a economia brasileira foi oferecendo, marcando presença em todas as frentes que foram abertas. O desenvolvimento gaúcho tem uma característica básica que consiste exatamente em manter presença em “todas as frentes”, pois manifesta, mais do que vantagens comparativas, uma generalizada aptidão de resposta aos estímulos que os diversos momentos revelaram. Se, ao início, um único produto - o charque - nucleou sua economia, em seguida, na medida em que a economia brasileira vencia sua especialização internacional, passava o Rio Grande do Sul a diversificar sua oferta e suas oportunidades de trabalho, marcando sua importância nos mercados internos cada vez mais integrados e cada vez mais concorrentes.

Neste sentido, o objetivo deste estudo é analisar o processo de crescimento e de desenvolvimento alcançado pelo estado do Rio Grande do Sul desde os anos noventa. Além do estado, os Coredes que o compõem também são estudados para avaliar se o desenvolvimento sócio-econômico ocorreu de modo homogêneo. O índice utilizado é o Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico para o Rio Grande do Sul (IDESE), calculado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE)<sup>3</sup>. O artigo é desenvolvido a partir da verificação de como ocorreu o crescimento do Rio Grande do Sul no período estudado em comparação com o Brasil e os demais estados brasileiros. Após, é verificado como o IDESE do estado e dos 22<sup>4</sup> Coredes, nas áreas de *Educação, Renda, Saúde e Saneamento*, avançaram no período estudado.

## **2 Evolução do Crescimento e do Desenvolvimento Sócio-Econômico do Rio Grande do Sul**

Ao fazer um retrospecto do crescimento atingido pelo Brasil e pelo Rio Grande do Sul desde os anos oitenta, verifica-se que o progresso foi pouco. Segundo Accurso (2002), o Rio Grande do Sul, assim como o Brasil, teve seu

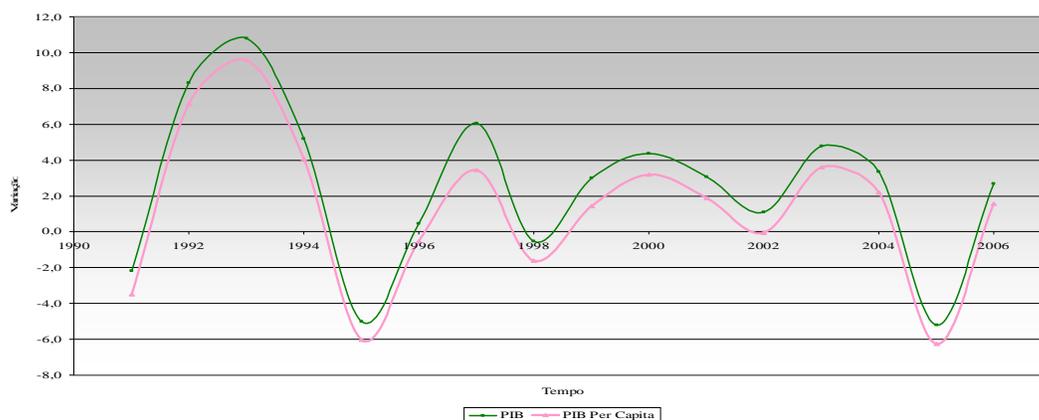
---

<sup>3</sup> O IDH-M não é calculado para o estado, por isso só foi utilizado o IDESE.

<sup>4</sup> No IDESE de 2004 foram adicionados dois novos Coredes que o estudo não contempla (Alto da Serra do Botucaraí e Jacuí Centro).

crescimento econômico estagnado na década de 1980, na conhecida “Década Perdida”. A economia gaúcha vinha crescendo a um ritmo de 8% a.a. nos anos 70, conseguindo, dessa forma, conquistar posição entre as quatro principais economias do país. No Plano Plurianual (SCP, 2003a), consegue-se verificar que o baixo crescimento do Brasil nos anos oitenta, que foi de 2,9% a.a., foi ainda pior nos anos noventa, pois ficou em 1,7% a.a. Comparando o crescimento gaúcho na primeira metade da década de 1980 com o crescimento brasileiro, o desempenho gaúcho foi inferior, apresentando uma taxa média de 2,7% a.a. contra 3,5% a.a. do Brasil. Referente o PIB *Per Capita*, Accurso (2002) apresentou que nos anos noventa estava em 1,8% a.a., significando que o gaúcho teria que esperar por trinta e nove anos para conseguir dobrar a sua renda média. O estudo feito pela SCP (2003b), sobre o IDESE de 1991 a 2000, mostra que o crescimento do PIB no período abrangido pelo estudo foi de 3,5% a.a., já a população gaúcha aumentou 1,21% a.a. de 1991 a 2000, o que representou um incremento no PIB *Per Capita* de 2,3% a.a. Em 2000, o PIB do estado estava em R\$ 85.138 milhões e o PIB *Per Capita* em R\$ 8.357, colocando o estado na quarta economia no país. No gráfico 1, abaixo, se consegue observar essa evolução, anualmente, verificando-se que houve dois momentos com uma grande variação negativa, um em 1995 e outro em 2005.

**Gráfico 1 – Evolução do PIB e do PIB *Per Capita* do RS – 1991-2006**

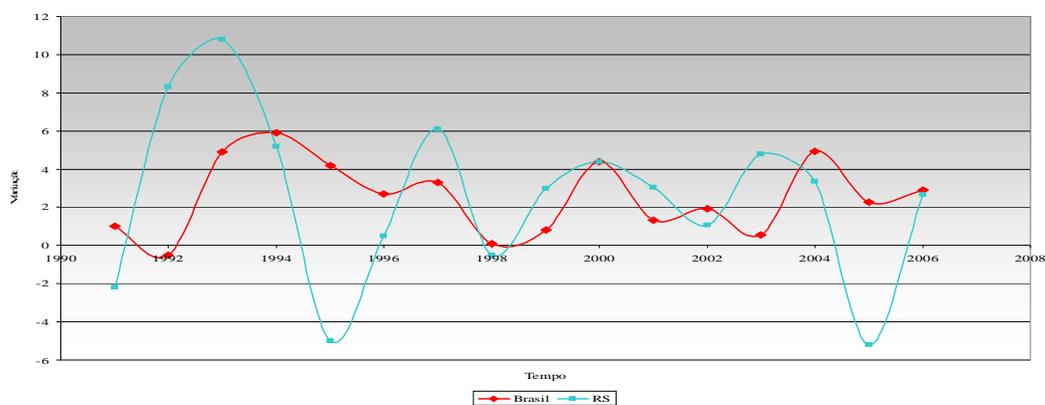


Fonte: Elaboração própria dos autores a partir da FEEDADOS (2007). Notas: (1) Os dados têm como base 1985=100. (2) As quedas ocorridas em 1995 e em 2005 serão explicadas a seguir.

A partir do gráfico 2, consegue-se verificar que a diferença de crescimento alcançado pelo Brasil e pelo Rio Grande do Sul foi grande no período de 1991 a 2006. Segundo o Plano Plurianual (SCP, 2003a), o Rio Grande do Sul se mostra mais resistente à crise e mais precoce é a sua reação quanto ao crescimento, notando-se que a taxa de crescimento é mais volátil no estado. Um exemplo é o crescimento atingido em 1992 (final da crise do Plano Collor) de 8,3% a.a.,

enquanto que o país decresceu 0,5% a.a. A explicação seria que a indústria gaúcha é mais destinada aos bens de consumo não-duráveis, que possuem uma menor elasticidade-renda. Porém, pode-se verificar também que após a estabilização da moeda, o Plano Real ocasionou sérios problemas para o desenvolvimento da região. A abertura da economia em 1990 e a apreciação cambial trouxeram uma grande concorrência para o estado, que não estava preparado com tecnologia avançada nem com custos competitivos e acabou enfrentando sérios problemas em alguns setores, como o coureiro-calçadista, com queda nas exportações e reestruturação da planta produtiva. Já em 1995, a dependência dos preços das *commodities*, que estava em baixa, ocasionou uma queda de 5,0% no PIB de 1995, comparando com 1994. Já para a queda de 5,2% sofrida em 2005, em relação ao ano de 2004, a explicação é o desempenho negativo da indústria de transformação e a quebra da safra agrícola ocasionada por uma estiagem no estado. No entanto, Prado (2007), no seu estudo de 1990 a 2002, constatou que apesar da assincronia nos movimentos, a economia gaúcha permanece com aproximadamente 8% da participação na economia nacional.

**Gráfico 2 – Taxas de Crescimento do Brasil e do Rio Grande do Sul – 1991-2006**

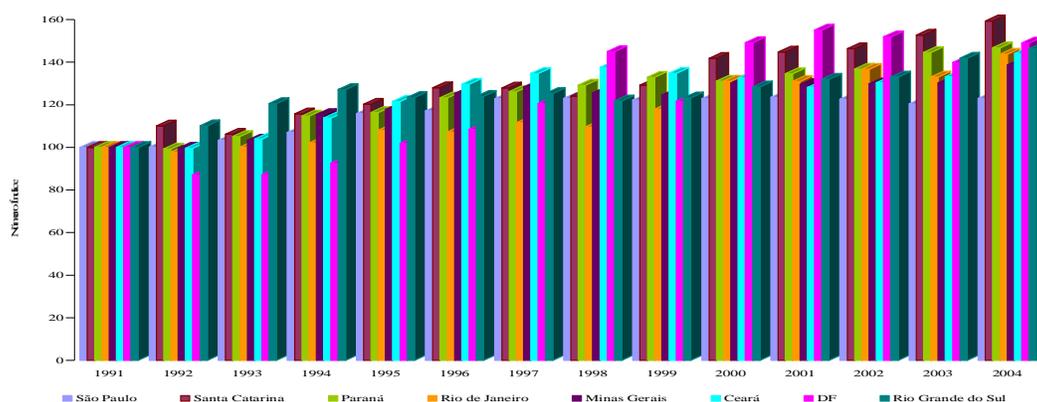


Fonte: Elaboração própria dos autores a partir da SCP (2003a).

Segundo Prado (2007), o crescimento conquistado pelo Rio Grande do Sul no período 1990-1997 foi de 3,2% a.a. Ao compará-lo com o crescimento de alguns estados brasileiros, o autor mostra que o crescimento foi mais expressivo nos estados com desenvolvimento mais recente, como Santa Catarina (4,3% a.a.), Espírito Santo (3,8% a.a.), Ceará (3,7% a.a.) e Paraná (3,5% a.a.), mesmo assim ficou acima da média brasileira, que foi de 3,0% a.a. No entanto, o ritmo de crescimento foi distinto entre os estados. Enquanto o Rio Grande do Sul teve seu maior crescimento durante 1990 a 1994, alcançando um crescimento de 5,4% (e 0,4% no segundo período), os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro

tiveram um crescimento maior na outra metade do período (1994 a 1997), crescendo, respectivamente, 3,7% a.a. (contra 2,2% a.a. no primeiro período), 4,1% (contra 2,5% a.a.) e 1,9% a.a. (contra 0,6% a.a.). Mesmo com essa comparação, não se pode dizer que houve um resfriamento da economia gaúcha, pois ela manteve a colocação de quarta economia do país, porém demonstra um menor dinamismo no período estudado. No gráfico 3, a seguir, consegue-se verificar essa evolução do PIB dos estados selecionados no estudo do Prado (2007), juntamente com o estado do Paraná e Distrito Federal, e percebe-se que todos têm uma forte oscilação, porém, o mais instável é o Distrito Federal. Como o ano de 1991 está em base 100, no período analisado, o estado que teve uma maior taxa de crescimento foi Santa Catarina, com uma taxa acumulada de 59,33%.

**Gráfico 3 – Evolução do PIB de estados selecionados – 1991 – 2004**



Fonte: Elaboração própria dos autores a partir do IPEADATA (2007). Nota: 1991=100.

Segundo Prado (2007), a particularidade da atuação do PIB gaúcho, comparando com o PIB nacional e os demais estados brasileiros, demonstra uma provável perda de importância na economia estadual. Segundo o autor, uma possível resposta para isso seria a reestruturação que o estado passou com a abertura comercial após 1990, que teve que buscar uma nova forma de articulação no mercado, tanto nacional quanto internacional, “ficando o produto estadual condicionado à inserção internacional e suas peculiaridades” (PRADO, 2007, p. 71). Segundo ele, deve-se destacar dois momentos: primeiramente, o período 1995 a 1999, quando houve uma estagnação do crescimento estadual causado pelas más condições externas, ocasionando uma retração industrial e um baixo crescimento agrícola; já no segundo momento, correspondendo ao período após 1999, há uma retomada do crescimento sustentado pela expansão e pela modernização dos setores produtivos: “o setor externo viu a expansão na indústria alcançar 3,6%, contra 5% na agropecuária” (PRADO, 2007, p. 72).

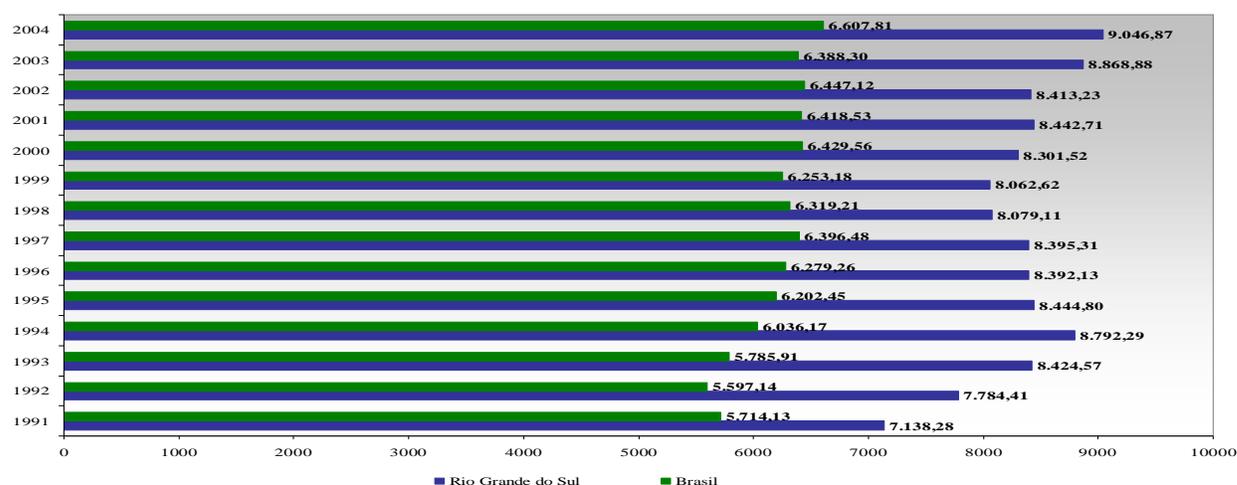
No que se refere ao PIB *Per Capita*, o IBGE (2007) divulgou os dados para as contas regionais de 2003 que demonstram que os quatro maiores estados do país, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que concentravam 66,3% do PIB nacional em 1985, passaram para 61,5%, em 2003, sendo essa, a mais baixa participação na série 1985-2003. O estado que mais contribuiu para esse resultado foi São Paulo, que teve a mais baixa participação no PIB de todo o período, com 31,8%, ante 36% que detinha em 1985. Segundo Ribeiro e Porto Júnior (2007), está ocorrendo um processo de desconcentração, já que São Paulo está perdendo sua parcela na renda nacional, conforme se pode observar abaixo:

Esse processo ficou conhecido na literatura especializada como desconcentração espacial da atividade econômica ou reversão da polarização dos centros industriais dominantes. No caso do Brasil, em nível nacional, a noção se refere à perda de espaço da economia paulista. Ou seja, estaria ocorrendo uma dispersão do desenvolvimento econômico para novas regiões, antes isoladas, ou para regiões pobres e atrasadas como o Nordeste brasileiro (RIBEIRO e PORTO JÚNIOR, 2007, p. 3).

O IBGE (2007) argumenta que os quatro maiores estados estão perdendo participação no PIB para estados ligados à agroindústria. No entanto, o Rio Grande do Sul permanece dinâmico neste setor, já que em 2003 obteve um aumento de 7,8% na participação do PIB nacional em comparação com 2002, e os motivos são que além de ter tido um bom desempenho na atividade agropecuária (21%), o estado também apresentou boa performance nos setores ligados ao avanço da agropecuária, como as máquinas e implementos agrícolas, conforme Prado (2007) já havia sugerido em seu estudo, mostrando que a economia gaúcha retomou o crescimento após 1999.

A SEPLAG (2007e) apresenta dados bastante positivos quanto à evolução da renda do Rio Grande do Sul, pois o PIB *Per Capita* corrente do estado no período de 1994 a 2004 avançou significativamente, tendo aumentado em torno de 324%, passando de R\$ 3.298 para R\$ 13.995,00. Já o PIB *Per Capita* corrente brasileiro também teve um aumento tão expressivo quanto o estado, passando de R\$ 2.232, em 1994, para R\$ 9.729, em 2004, porém seu PIB *Per Capita* fica sempre abaixo do Rio Grande do Sul. No entanto, ao atualizar esses dados para valores com base no ano de 2000, nota-se que esse avanço não foi tão expressivo, na verdade, cai significativamente. O Rio Grande do Sul teve um incremento de 3% no seu PIB *Per Capita* de 1994 a 2004, e 26,75%, de 1991 a 2004. Já o Brasil obteve um acréscimo de 9,47%, de 1994 a 2004, e 15,64%, de 1991 a 2004, conforme se observa, abaixo, no gráfico 4.

**Gráfico 4 – Evolução PIB Per Capita Rio Grande do Sul e Brasil – 1991-2004**



Fonte: Elaboração própria com dados a partir do IPEADATA (2007b). Nota: PIB per capita - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional.

Rumos 2015 (2006) averiguou se os serviços prestados pela União, estados e municípios poderiam influenciar no avanço tanto do PIB *Per Capita* quanto dos demais indicadores sócio-econômicos e, para isso, analisou os investimentos nas suas três esferas entre 1999 e 2003 e verificou que os municípios foram responsáveis por 58% dos investimentos, ao estado coube a parcela de 34% e a União ficou com apenas 8%, conforme pode ser observado na tabela 1 abaixo.

**Tabela 1 – Investimento Médio Anual entre 1999 a 2003 das Três Esferas do Governo no RS**

Esfera	Em milhões de R\$	Participação no Total
Prefeituras	965.915	58%
Estado	561.050	34%
União	129.143	8%
Total	1.656.108	100%

Fonte: Rumos 2015 (2006).

Segundo Rumos 2015 (2006), observando esses dados, não se consegue afirmar se os investimentos municipais contribuíram para reduzir as desigualdades ou se acabaram agravando as desigualdades regionais, já que a análise feita não notou melhora nos dados coletados. Sobre os gastos estaduais chegou-se ao mesmo resultado, um exemplo disso foram os investimentos estaduais enviados ao Corede Alto da Serra do Botucaraí, classificado como “Em Dificuldades” pelo estudo, porém foi o Corede que mais recebeu verba estadual (o valor representa mais de seis vezes o valor médio do Rio Grande do Sul) (RUMOS 2015, 2006). Para verificar de forma mais adequada o gasto, fez-se uma análise do avanço do PIB do Rio Grande do Sul para compará-lo com o avanço dos gastos públicos destinados às áreas de “Educação e Cultura”, “Habitação e Urbanismo” e “Saúde e Saneamento”

de 1998 a 2006<sup>5</sup>. Pode-se acompanhar essa evolução em valores correntes na tabela 2.

**Tabela 2 - Avanço nominal do PIB do Rio Grande do Sul com o Gasto Público Estadual destinado à “Educação e Cultura”, “Habitação e Urbanismo” e “Saúde e Saneamento” de 1998 a 2006**

Ano	PIB (R\$ Milhão)	Educação e Cultura (R\$ Milhão)	Habitação e Urbanismo (R\$ Milhão)	Saúde e Saneamento (R\$ Milhão)
1998	70.541.001,00	1.130,65	15,36	382,64
1999	75.450.000,00	1.136,00	15,68	423,30
2000	85.137.000,00	1.973,02	27,94	477,68
2001	94.084.000,00	1.535,08	14,98	500,41
2002	104.451.000,00	2.533,17	9,55	484,47
2003	128.039.001,00	2.695,29	9,25	547,53
2004	142.874.000,00	2.277,27	15,05	929,12
2005 (1)	145.182.000,00	1.782,18	7,58	953,91
2006 (1)	155.971.000,00	1.941,38	10,66	1.002,36
Variação	121,11%	71,70%	-30,58%	161,96%

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir da FEEDADOS (2007) para os dados referentes ao PIB e SEFAZ (2007) para os dados referentes aos Gastos Públicos. Nota: Dados em valores correntes.

Observam-se oscilações no que tange à “Educação e Cultura”. Os dados de gastos nominais apurados avançaram 138% de 1998 a 2003<sup>6</sup>, quando houve o maior gasto do período (R\$ 2.695.293.610,06) contra um avanço de 81% no PIB nominal gaúcho, já no período total, a variação nominal dos gastos foi de 71%, já o PIB nominal gaúcho ficou com 121%. Nas áreas de “Habitação e Urbanismo”, os gastos são bastante oscilantes, chegando ao final do período com uma variação nominal negativa de 30%. No que se refere à “Saúde e Saneamento”, o gasto vem aumentando gradualmente desde 1998, tendo sofrido somente uma queda no período, entre 2002 e 2003, porém, mesmo assim, chegou ao final do período com uma taxa de variação nominal de 162%, acima da variação nominal do PIB gaúcho, que foi de 121%, sendo às únicas áreas que ficaram com sua variação superior à do PIB.

No entanto, para se conseguir uma evolução mais realista, foi comparado qual o percentual que esses gastos representavam dentro das despesas orçamentárias totais do governo do estado e verificou-se que os percentuais são bastante baixos, conforme pode ser observado na tabela 3. As áreas de “Habitação e Urbanismo” obtêm o menor resultado de todos, pois a relação ficou em 0,00%, “Educação e Cultura” o mais alto, ficando, em média, com 0,16% das despesas orçamentárias totais e “Saúde e Saneamento” ficaram em média com 0,05% do total dessas despesas.

<sup>5</sup> Os dados informados no Balanço até 1999 mantinham as áreas “Educação e Cultura”, “Habitação e Urbanismo” e “Saúde e Saneamento” juntos, a partir daí começou a ser informado separadamente. Para manter o padrão, os dados foram somados. Os dados divulgados no site da Secretaria da Fazenda do Estado para os Gastos Estaduais vão de 1998 a 2006. Os dados do PIB de 2005 e de 2006, informados pela FEE, são estimativas preliminares.

<sup>6</sup> Foi utilizado o ano de 2003 como referência, pois foi o ano com maior gasto destinado à área.

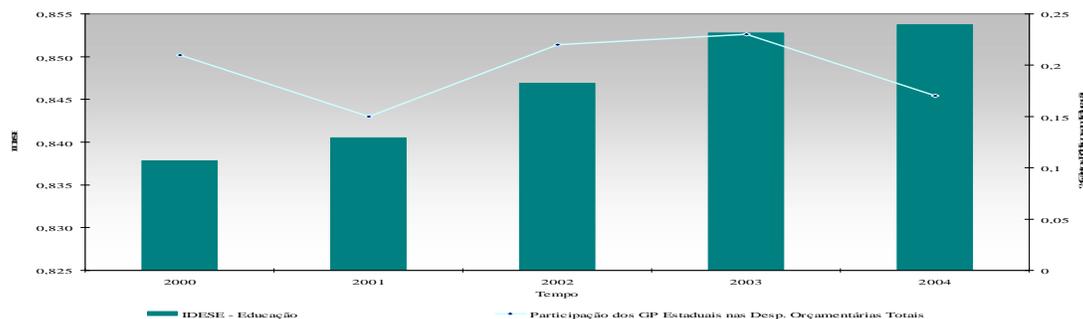
**Tabela 3 – Comparação dos gastos com “Educação e Cultura”, “Habitação e Urbanismo” e “Saúde e Saneamento” com as Despesas Orçamentárias Totais de 1998-2006**

Ano	Despesa Orçamentária Total (R\$)	Educação e Cultura (R\$)	%	Habitação e Urbanismo (R\$)	%	Saúde e Saneamento (R\$)	%
1998	12.062.182.056,00	1.130.647.857,00	0,09	15.361.100,00	0,0013	382.636.347,00	0,03
1999	8.097.858.443,00	1.135.998.176,00	0,14	15.684.639,00	0,0019	423.299.139,00	0,05
2000	9.394.421.654,00	1.973.018.530,26	0,21	27.936.630,85	0,0030	477.677.369,25	0,05
2001	10.393.177.320,00	1.535.079.925,04	0,15	14.978.693,89	0,0014	500.411.200,88	0,05
2002	11.336.606.378,00	2.533.168.521,88	0,22	9.552.784,81	0,0008	484.474.388,13	0,04
2003	11.911.317.336,00	2.695.293.610,06	0,23	9.252.614,47	0,0008	547.528.035,49	0,05
2004	13.023.092.981,00	2.277.265.206,29	0,17	15.051.849,28	0,0012	929.117.429,17	0,07
2005	14.864.691.547,00	1.782.178.098,43	0,12	7.579.132,32	0,0005	953.911.501,28	0,06
2006	15.988.867.783,00	1.941.376.047,09	0,12	10.664.067,87	0,0007	1.002.363.581,62	0,06

Fonte: Elaboração própria com dados a partir da SEFAZ (2007).

Analisando os gastos da tabela 3 com a respectiva evolução do IDESE nas áreas específicas, verifica-se que o índice da Educação do estado está aumentando no período, conforme se pode verificar no gráfico 5. Nota-se também que apesar do gasto<sup>7</sup> na Educação ter caído de R\$ 2.683.260.481,15, em 2003, para R\$ 2.265.974.847,73, em 2004, o índice de Educação no estado teve um pequeno acréscimo, passando de 0,853, em 2003, para 0,854, em 2004, no entanto, cabe ressaltar que esse tipo de gasto tende a gerar resultados após um tempo de maturação. O gráfico 5 contém o índice de Educação e a participação dos gastos públicos destinados à área dentro das despesas orçamentárias totais do estado. E para demonstrar a importância da educação para o desenvolvimento, Accurso (2002, p. 12) observa que: “em verdade o desenvolvimento depende de muitas variáveis, ainda que haja algumas, como a educação, que se tornam condicionantes. Não quer dizer que em se dispendo delas o desenvolvimento se faça automaticamente. É certo, porém, que sem elas os limites para qualquer processo são demasiado estreitos”.

**Gráfico 5 – Comparação do IDESE Educação RS com a participação dos gastos públicos estaduais destinados a essa área de 2000-2004**



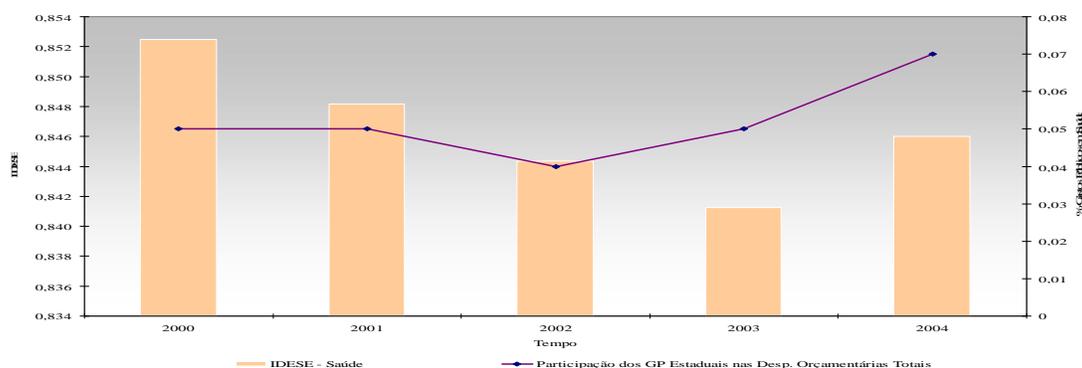
Fonte: Elaboração própria com dados a partir da FEE (2007) referente ao IDESE e SEFAZ (2007) para os Gastos Públicos. Nota: (1) Para se analisar o IDESE da Educação utilizou-se os gastos destinados somente à Educação. (2) A participação refere-se aos gastos públicos em relação às despesas orçamentárias totais no ano. Ambos em valores correntes.

<sup>7</sup> Os valores de 2003 e 2004 estão diferentes da tabela, pois representam somente a Educação. A diferença entre os valores corresponde à Cultura.

A situação dos gastos destinados à Saúde está distinta da observada na Educação, pois o índice reduziu-se de 2000 a 2004, passando de 0,852 para 0,846, enquanto que os gastos permaneceram estáveis nos três primeiros anos e de 2003 a 2004 aumentaram em 71% (o percentual dos gastos destinados à Saúde passaram de 0,05% das despesas totais em 2003, para 0,07%, em 2004), conforme se observa no gráfico 6. Se os gastos públicos influenciam de forma favorável nos índices, poderá se notar essa evolução nos próximos cálculos do IDESE. Segundo a SEPLAG (2007d, p.2), a saúde do povo gaúcho está no caminho certo:

Em outro importante propósito – o que trata da *saúde dos gaúchos* -, obtivemos importantes melhoras no curto prazo<sup>8</sup>: redução no índice de mortalidade infantil; a expectativa de vida estabilizou-se e é a maior do país; as mortes prematuras ocorridas em idades abaixo da expectativa média de vida encontram-se estáveis e fizemos progressos pela redução de suicídios. Porém, o grande desafio permanece sendo a diminuição da mortalidade por AIDS, que se mantém em patamares elevados.

**Gráfico 6 - Comparação do IDESE Saúde RS com a participação dos gastos públicos estaduais destinados a essa área de 2000-2004**



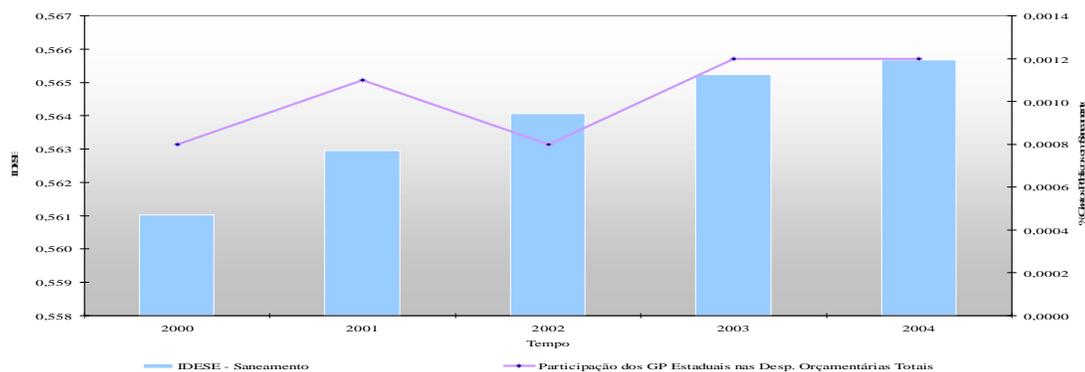
Fonte: Elaboração própria com dados a partir da FEE (2007) referente ao IDESE e SEFAZ (2007) para os Gastos Públicos. Nota: (1) Para se analisar o IDESE da Educação utilizou-se os gastos destinados somente à Saúde. (2) A participação refere-se aos gastos públicos em relação às despesas orçamentárias totais no ano. Ambos em valores correntes.

Dentre as avaliações que o IDESE faz, a evolução da infra-estrutura no que diz respeito ao Saneamento básico do estado e dos municípios está inclusa. Os gastos públicos estaduais correntes em valores nominais investidos nesse setor evoluíram 166% de 2000 a 2004 (a participação desse setor nas despesas orçamentárias totais passaram de 0,0008%, em 2000, para 0,0012%, em 2004) e o IDESE que estava cadente até 2003, em 2004 deu uma tênue recuperada, passando de 0,565 para 0,566. A área de saneamento básico é importante para que se consiga atingir um bom nível de saúde para as crianças, conforme destacado pelo PNUD (2007b), no qual consta que morrem mais crianças devido à falta de

<sup>8</sup> No estudo da SEPLAG (2007a), denominado “Trilhas Gaúchas”, curto prazo significa a comparação do último ano estudado em relação ao ano anterior.

água potável e de instalações sanitárias do que por qualquer outra causa e acabam destruindo mais vidas humanas do que qualquer conflito armado ou ação terrorista. Portanto, este continua sendo um setor que necessita ser analisado no estado, já que o índice apurado corresponde ao médio desenvolvimento e representa os menores valores apurados pelo IDESE, ou seja, o índice alcançado pelo estado não deve ser considerado um bom resultado, mesmo tendo subido pouco ano a ano, passando de 0,561, em 2000, para 0,566, em 2004, ainda é um índice baixo. Devido à relação existente entre a Saúde e o Saneamento, provavelmente se houvesse mais investimento destinados ao saneamento, a Saúde melhoraria com mais rapidez e necessitaria de menos investimentos diretos. A evolução do IDESE desta área e a participação dos gastos públicos estaduais podem ser acompanhadas no gráfico 7.

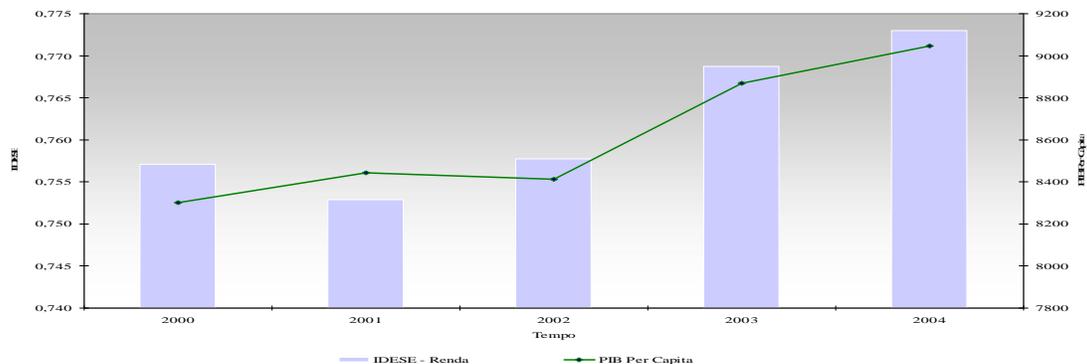
**Gráfico 7 - Comparação do IDESE Saneamento RS com a participação dos gastos públicos estaduais destinados a essa área de 2001-2004**



Fonte: Elaboração própria com dados a partir da FEE (2007) referente ao IDESE e SEFAZ (2007) para os Gastos Públicos. Nota: (1) Para se analisar o IDESE da Educação utilizou-se os gastos destinados somente à Saneamento. (2) A participação refere-se aos gastos públicos em relação às despesas orçamentárias totais no ano. Ambos em valores correntes.

Por último, se avaliou o IDESE Renda com evolução do PIB *Per Capita*<sup>9</sup> do estado no período e verifica-se que há uma simetria entre ambos, o que pode ser considerado esperado, já que, nas contas macroeconômicas, Renda e PIB são iguais. O IDESE teve somente uma queda em 2001, após isso, foram três anos de índice e PIB crescentes, passando de 0,757 em 2000 para 0,773 em 2004. No entanto, o índice continua a ser classificado como médio desenvolvimento, tendo que atingir 0,800 para alcançar o alto desenvolvimento. O aumento do índice Renda de 2003 a 2004 ficou em 0,55%, que representa que são necessários mais sete anos aumentando o índice nesse mesmo percentual para alcançar o alto nível de desenvolvimento. Abaixo, pode ser verificado o gráfico 8, que mostra essa evolução do PIB *Per Capita* e do IDESE Renda.

<sup>9</sup> O PIB *Per Capita* está a preços constantes (R\$ de 2000(mil)).

**Gráfico 8 – Comparação da evolução do IDESE Renda do RS e o PIB Per Capita do Estado de 2000 a 2004**

Fonte: Elaboração própria com dados a partir da FEE (2007) para os dados referentes ao IDESE e IPEADATA (2007) para os dados referentes ao PIB Per Capita. Nota: Produto Interno Bruto (PIB) per capita - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional.

Cabe ressaltar que comparando os índices de 1991 com os índices após 2000, em todas às áreas ocorreu uma evolução, mostrando que houve melhora no desenvolvimento sócio-econômico na década de 1990, conforme se pode observar na tabela 4.

**Tabela 4 – Evolução do IDESE do RS – 1991-2004**

IDESE / ANO	1991	2000	2001	2002	2003	2004	Variação % 1991/2000	Variação % 1991/2004
IDESE	0,688	0,752	0,751	0,753	0,757	0,760	9,37	10,47
IDESE - Saúde	0,821	0,852	0,848	0,844	0,841	0,846	3,78	2,99
IDESE - Educação	0,765	0,838	0,841	0,847	0,853	0,854	9,53	11,61
IDESE - Saneamento	0,457	0,561	0,563	0,564	0,565	0,566	22,88	23,89
IDESE - Renda	0,708	0,757	0,753	0,758	0,769	0,773	6,99	9,24

Fonte: Elaboração própria com dados a partir da FEE (2007).

O maior avanço ocorreu em Saneamento, com um aumento de 23,89% no seu índice, no entanto, permanece com a menor posição no que se refere ao desenvolvimento econômico. Esse aumento permitiu ao setor avançar do baixo desenvolvimento (índices inferiores a 0,499) em 1991 para o médio desenvolvimento após 2000. O menor avanço ficou com a área da Saúde, que obteve acréscimo no seu índice na década de 90, porém após 2000, seu valor foi decrescente.

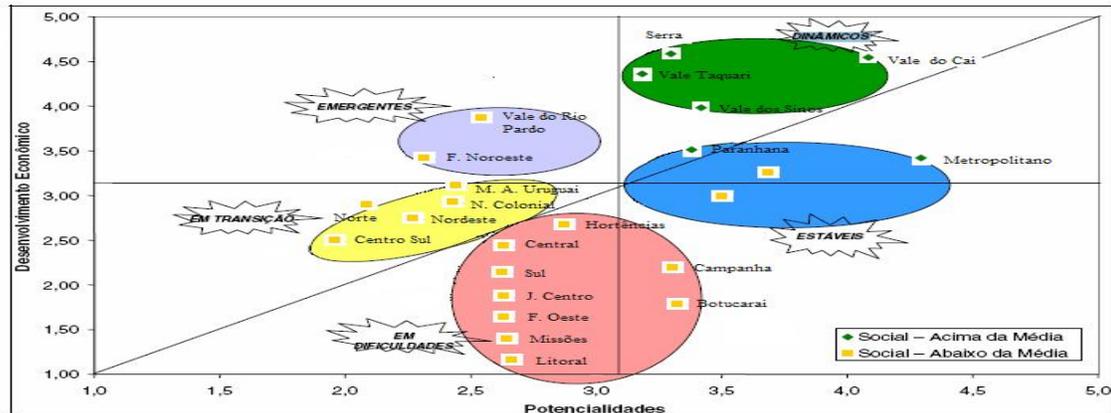
Após verificar a evolução sócio-econômica do estado, a próxima seção será destinada ao estudo de cada região específica, ou seja, de cada Corede do Rio Grande do Sul.

### 3 Desenvolvimento Sócio-Econômico dos Coredes no Rio Grande do Sul

A partir de Rumos 2015 (2006, p. 34), o estado foi mapeado em várias questões relacionadas à “dinâmica econômica e social, ao meio ambiente, à informação e conhecimento, às infra-estruturas, à dinâmica demográfica, aos aspectos político-institucionais-legais, às finanças e investimentos públicos e à organização territorial” e com isso conseguiu analisar as disparidades regionais

existentes, localizando as regiões mais defasadas e as mais favorecidas. Desta forma, os Coredes foram divididos em cinco grupos principais: Dinâmicos, Emergentes, Estáveis, Em Transição e Em Dificuldades, conforme pode se observar na Figura 1:

Figura 1 – Agrupamento dos Coredes segundo seu desempenho



Fonte: Rumos 2015 (2006).

Para conseguir dividir o estado nessas cinco regiões, o estudo avaliou aspectos referentes ao desenvolvimento econômico dos Coredes e alguns indicadores que foram importantes, como: a análise da porcentagem de *pobres* na população (definidos como famílias com renda média de até dois salários mínimos); a *Educação* (resultado da presença de analfabetos com 15 anos ou mais); *mortes no parto* (utilizado como meio para se medir o acesso à saúde); a *porcentagem de domicílios com computador* e a *proporção de pessoas com idade entre 18 e 35 anos freqüentando algum curso superior* (utilizado para avaliar aspectos como informação e conhecimento, pois ambas estimulam o empreendedorismo); *acesso a serviços públicos*, como telefonia, água e esgoto (serviços públicos de boa qualidade podem compensar níveis de renda insatisfatórios). Junto a esses dados foram adicionadas variáveis correspondentes às potencialidades dos Coredes, como Empreendedorismo, Infra-Estrutura de Transportes e Infra-Estrutura de Energia e o conjunto desses resultados gerou o mapeamento do estado em regiões distintas entre desenvolvimento econômico e potencialidades. Os dados que cada Corede apresentou, no que se refere ao desenvolvimento econômico, podem ser vistos na tabela 5. Os dados destacados correspondem aos que ficaram abaixo da média do estado, sendo que, de 192 dados apurados, 48 estão abaixo da média. No entanto, verifica-se que há Coredes com praticamente todas as variáveis destacadas, indicando que há disparidades regionais. O PIB e a população estão concentrados

na área metropolitana (Corede Metropolitano do Delta do Jacuí) e nas regiões limítrofes. Desta forma, os Coredes Metropolitano Delta do Jacuí, Serra e Vale do Rio dos Sinos possuem em torno de 42% da população gaúcha e produzem cerca de 50% do PIB estadual. A tendência tem reforçado essa concentração, ocorrendo, desta forma, a expansão da região metropolitana para seus vizinhos.

**Tabela 5 – Indicadores Utilizados para Verificar as Disparidades entre os Coredes -2000/2002**

Coredes	Renda Per Capita, R\$/pessoa x ano (2000)	% Mortes Ocorridas no Parto e Doenças Originadas no Período Perinatal (2002)	% de Analfabetos Acima de 14 anos (2000)	% Domicílios com Computador	% Pessoas de 18 a 35 anos Frequentam a Universidade	% Domicílios Rurais com Telefone	% Domicílios Urbanos com Atendimento da Rede de Abastecimento de Água	% de Domicílios Urbanos com Atendimento da Rede de Coleta de Esgoto
Alto Jacuí	4.024	3,47	6,63	8,15	8,32	13,77	95,51	14,51
Campanha	3.301	2,49	8,89	6,46	5,45	9,99	97,92	44,59
Central	4.012	2,00	6,86	10,86	8,18	12,98	93,15	38,83
Centro Sul	2.883	2,08	11,09	5,42	4,31	6,23	92,80	36,83
Front. Oeste	3.169	3,78	8,04	6,09	4,14	4,50	94,54	29,17
Front. Noroeste	2.983	1,54	6,13	7,11	6,77	18,09	95,95	14,45
Hortênsias	3.713	2,42	7,02	7,54	4,70	14,12	92,13	36,06
Litoral	3.456	2,09	8,07	6,74	5,13	13,65	75,04	16,19
M. A. Uruguai	2.351	3,63	12,80	4,31	6,14	4,63	76,35	15,10
M. Delta Jacuí	6.309	1,73	4,54	18,80	10,83	19,77	94,86	40,32
Missões	2.851	2,71	8,72	5,51	6,41	7,53	95,95	15,04
Nordeste	3.046	1,68	9,71	4,81	4,43	8,66	94,12	39,38
Nor. Colonial	2.954	1,78	8,36	5,92	7,06	8,30	91,68	10,78
Norte	3.311	1,84	6,90	7,14	5,93	17,81	90,29	27,45
Par. Enc. Serra	3.492	1,42	6,44	6,02	4,88	9,13	66,09	19,24
Produção	3.979	3,02	7,14	9,55	7,18	23,56	87,06	23,63
Serra	5.449	1,88	4,24	14,30	9,58	49,08	96,83	54,88
Sul	3.590	2,21	8,60	8,56	6,28	15,12	93,87	34,18
Vale do Caí	3.825	1,28	4,93	8,03	6,29	21,89	73,41	20,87
V. Rio dos Sinos	4.189	1,91	4,81	12,01	7,56	7,33	85,77	19,13
V. Rio Pardo	3.195	2,17	9,02	7,04	5,42	9,95	90,12	10,07
V. Taquari	3.881	1,27	6,04	8,39	6,78	27,51	85,80	11,16
RS	4.299	2,10	6,65	11,02	7,55	16,48	90,98	30,23

Fonte: Rumos 2015 (2006). Nota: Valores marcados correspondem aos resultados inferiores à média estadual.

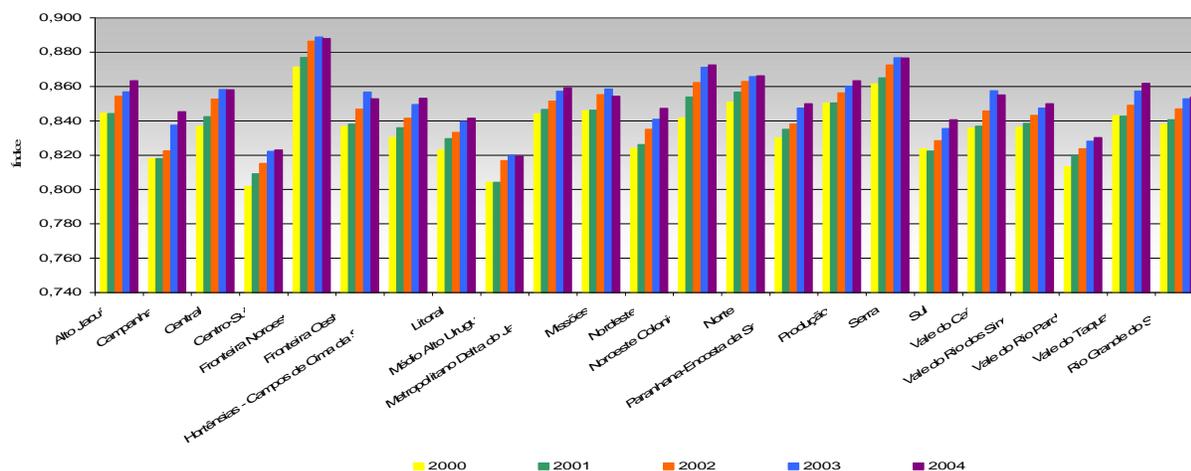
A partir da tabela 6 consegue-se notar que o único Corede que alcançou o alto desenvolvimento humano, em todos os anos calculados, foi o da Serra (o único ano que não chegou em 0,800 foi em 2001, no entanto, ficou em 0,798). Também se nota que os Coredes Metropolitano Delta Do Jacuí, Serra e Vale do Rio dos Sinos possuem os três maiores índices e permaneceram assim ao longo do período pesquisado, sendo que o Corede Metropolitano Delta Do Jacuí passou de 0,791, em 2000, para 0,793, em 2004 (aumento de 0,25%) e o Corede Vale do Rio dos Sinos passou de 0,767, em 2000, para 0,773, em 2003 (aumento de 0,78%). O Corede Alto Jacuí teve grande progresso no período, passando da 13ª posição (IDESE 0,727) em 2000 para 4ª em 2004 (IDESE 0,767). O Corede Médio Alto Uruguai ficou na última colocação em todos os anos pesquisados e seu índice passou de 0,655 em 2000 para 0,666 em 2004. Importante salientar a grande quantidade que Coredes que tiveram, em todos os anos, o índice abaixo do IDESE estadual, sendo somente três Coredes que ficaram acima de 2000 a 2002 e quatro de 2003 a 2004. No entanto, nenhum Corede obteve a classificação de baixo desenvolvimento.

**Tabela 2 – IDESE dos Coredes em ordem decrescente no período 2000-2004**

	Corede	2000		Corede	2001		Corede	2002		Corede	2003		Corede	2004
1º	Serra	0,801	1º	Serra	0,798	1º	Serra	0,801	1º	Serra	0,802	1º	Serra	0,805
2º	M. D. Jacuí	0,791	2º	M. D. Jacuí	0,789	2º	M. D. Jacuí	0,790	2º	M. D. Jacuí	0,792	2º	M. D. Jacuí	0,793
3º	V. R. Sinos	0,767	3º	V. R. Sinos	0,764	3º	V. R. Sinos	0,768	3º	V. R. Sinos	0,769	3º	V. R. Sinos	0,773
4º	F. Noroeste*	0,746	4º	F. Noroeste*	0,747	4º	Noroeste*	0,748	4º	F. Noroeste	0,763	4º	Alto Jacuí #	0,767
5º	Produção*	0,743	5º	Norte*	0,742	5º	F. Noroeste*	0,747	5º	Noroeste*	0,752	5º	F. Noroeste*	0,759
6º	Campanha*	0,738	6º	Produção*	0,741	6º	Produção*	0,747	6º	Produção*	0,751	6º	Produção*	0,752
7º	F. Oeste*	0,737	7º	F. Oeste*	0,737	7º	Campanha*	0,739	7º	Alto Jacuí #	0,750	7º	Hortênsias*	0,752
8º	Noroeste*	0,737	8º	Noroeste*	0,737	8º	Central*	0,737	8º	Norte*	0,746	8º	Central*	0,751
9º	Central*	0,736	9º	Campanha*	0,736	9º	Alto Jacuí #	0,736	9º	Campanha*	0,745	9º	Campanha*	0,747
10º	Sul*	0,733	10º	Central*	0,736	10º	F. Oeste*	0,736	10º	Missões*	0,745	10º	F. Oeste*	0,743
11º	Norte*	0,733	11º	Sul*	0,730	11º	Missões*	0,734	11º	Central*	0,744	11º	Missões*	0,739
12º	Hortênsias*	0,728	12º	Alto Jacuí #	0,730	12º	Norte*	0,733	12º	F. Oeste*	0,740	12º	V. Taquari*	0,738
13º	Alto Jacuí #	0,727	13º	Missões*	0,729	13º	Sul*	0,731	13º	Sul*	0,734	13º	Norte*	0,738
14º	Missões*	0,725	14º	N. Colonial*	0,725	14º	V. Taquari*	0,727	14º	V. Taquari*	0,731	14º	Sul*	0,736
15º	Vale do Cai*	0,725	15º	Vale do Cai*	0,723	15º	Hortênsias*	0,725	15º	N. Colonial*	0,731	15º	Noroeste*	0,731
16º	V. Taquari*	0,722	16º	Hortênsias*	0,722	16º	N. Colonial*	0,722	16º	Vale do Cai*	0,730	16º	N. Colonial*	0,731
17º	Centro-Sul*	0,711	17º	V. Taquari*	0,720	17º	Vale do Cai*	0,720	17º	Hortênsias*	0,727	17º	Vale do Cai*	0,731
18º	N. Colonial*	0,710	18º	Centro-Sul*	0,712	18º	Centro-Sul*	0,716	18º	Centro-Sul*	0,718	18º	Centro-Sul*	0,723
19º	Litoral*	0,701	19º	Litoral*	0,699	19º	Paranhana*	0,696	19º	Litoral*	0,699	19º	Litoral*	0,719
20º	Paranhana*	0,698	20º	Paranhana*	0,694	20º	Litoral*	0,695	20º	V. R. Pardo*	0,695	20º	V. R. Pardo*	0,707
21º	V. R. Pardo*	0,686	21º	V. R. Pardo*	0,687	21º	V. R. Pardo*	0,694	21º	Paranhana*	0,691	21º	Paranhana*	0,695
22º	M.A.Uruguai*	0,655	22º	M.A.Uruguai*	0,654	22º	M.A.Uruguai*	0,657	22º	M.A.Uruguai*	0,664	22º	M.A.Uruguai*	0,666
	RS	0,752		RS	0,751		RS	0,753		RS	0,757		RS	0,760

Fonte: Elaboração dos autores a partir de FEE (2007). Legenda: (1) Dados em Cinza: não modificaram a posição ao longo dos anos; (2) # Obteve grande progresso; (3) \* Estão abaixo do IDESE estadual.

Para poder verificar de maneira mais minuciosa como estão evoluindo os dados sócio-econômicos nos Coredes, fez-se uma análise dos dados do IDESE disponibilizados a partir de 2000<sup>10</sup> e seu progresso nas áreas de Saúde, Saneamento, Educação e Renda para cada Corede. A seguir, o gráfico 9 apresenta os dados referentes à Educação nos Coredes.

**Gráfico 9 – Evolução do IDESE Educação nos Coredes de 2000-2004**

Fonte: Elaboração própria com dados a partir da FEE (2007).

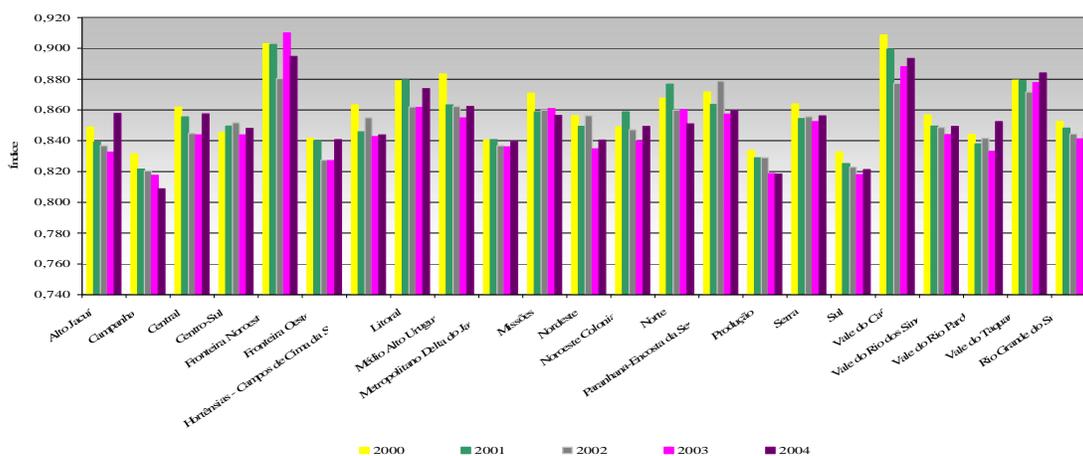
O Corede que apresenta o melhor índice na área da Educação foi o Fronteira Noroeste, passando de 0,871, em 2000 (já obtinha o melhor resultado), para 0,888, em 2004. E o pior índice ficou com o Corede Alto Médio Uruguai, que passou de 0,804, em 2000, para 0,819, em 2004. O índice do estado na Educação estava em 0,838, em 2000, para 0,854 em 2004. Cabe ressaltar que os valores obtidos ultrapassam 0,800 e se enquadram no alto desenvolvimento, além disso, outra

<sup>10</sup> O IDESE não foi calculado para os Coredes em 1991.

questão relevante refere-se ao fato de que todos os Coredes alcançaram melhores índices em 2004 dos que obtidos em 2000.

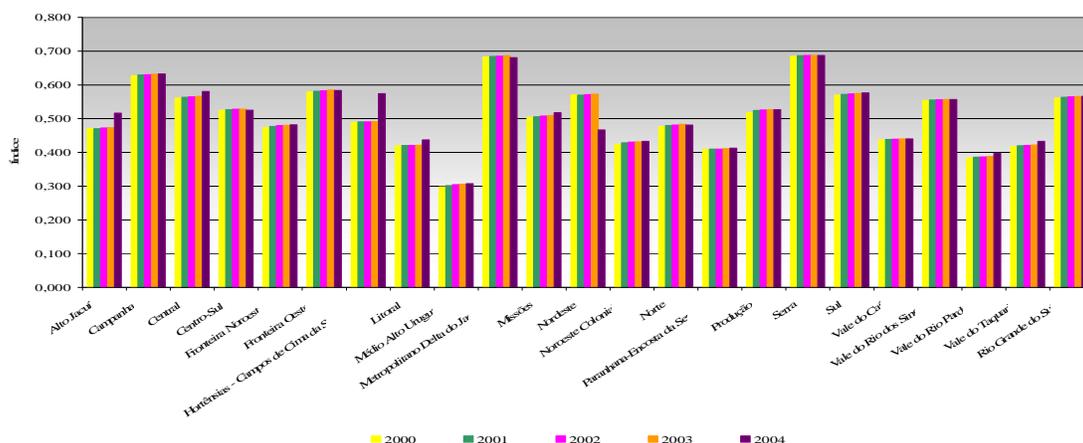
No que se refere à Saúde, também todos os índices ultrapassam 0,800 e se enquadram como alto desenvolvimento. O Corede melhor posicionado novamente foi o Fronteira Noroeste, que obteve em 2000 o índice de 0,903 e baixou para 0,895, em 2004, continuando na primeira posição. O Corede com o menor índice foi Campanha, com 0,832 em 2000 e baixou para 0,809 em 2004. O IDESE Saúde do estado diminuiu nesses cinco anos calculados, passando de 0,852, em 2000, para 0,846, em 2004, o que pode ter relação com os baixos índices de saneamento apurados para o estado, como poderá ser visto a seguir. A evolução dos dados obtidos para todos os Coredes podem ser verificados no gráfico 10.

**Gráfico 10 - Evolução do IDESE Saúde nos Coredes de 2000 a 2004**



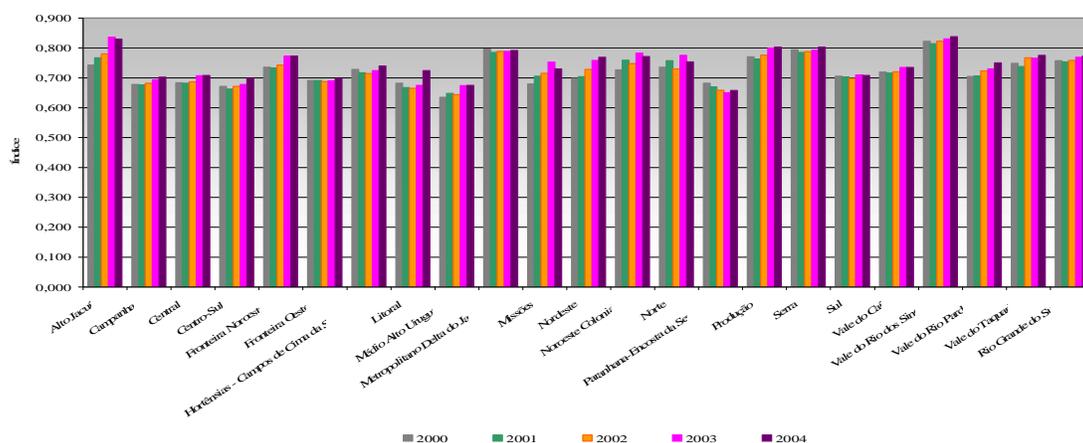
Fonte: Elaboração própria com dados a partir da FEE (2007).

Na área do Saneamento, nenhum Corede obteve um índice superior a 0,687, que foi alcançado pelo Corede Serra em 2004. O Corede Médio Alto Uruguai teve o desempenho mais baixo no período, passando de um índice de 0,298, em 2000, para 0,307, em 2004, sendo enquadrado como baixo desenvolvimento. Cabe ressaltar que dos 22 Coredes existentes, 11 estavam com seus índices inferiores a 0,499 em 2000, ou seja, metade dos Coredes obtinha índices que se enquadravam em baixo desenvolvimento; em 2004 a diferença é pequena, 10 Coredes ainda tinham índices inferiores a 0,499, sendo que os Coredes Alto Jacuí e Hortênsias conseguiram alcançar o médio desenvolvimento, no entanto, o Corede Nordeste regrediu, e passou de um índice de 0,570, em 2000, para um índice de 0,466, em 2004. A evolução do IDESE Saneamento nos Coredes é verificado no gráfico 11.

**Gráfico 11 – Evolução do IDESE Saneamento nos Coredes de 2000 a 2004**

Fonte: Elaboração própria com dados a partir da FEE (2007).

Em relação ao IDESE Renda, o Alto Jacuí obteve uma grande melhora: em 2000 tinha um índice de 0,743 (quinta posição) e em 2004 subiu para 0,829 (segunda posição). O melhor desempenho foi obtido pelo Vale do Rio dos Sinos, que em 2000 tinha um índice de 0,823 e em 2004 aumentou para 0,837, apesar de seu PIB *Per Capita* ter sido oscilante no período, no entanto, o índice deve ter um período de maturação que não representa imediatamente as variações. O Alto Médio Uruguai tinha o pior índice em 2000, com 0,635, no entanto, em 2004, o Corede Paranhana ficou com o pior índice, após retroceder no período analisado, passando de 0,682, em 2000, para 0,657, em 2004. No gráfico 12 se pode verificar o avanço dos índices em todos os Coredes do estado.

**Gráfico 12 - Evolução do IDESE Renda nos Coredes de 2000 a 2004**

Fonte: Elaboração própria com dados a partir da FEE (2007).

Com os dados apresentados, verifica-se que a melhora alcançada não atinge todas as regiões do estado, já que alguns Coredes retroagiram em determinadas áreas, porém, de modo geral, os índices obtiveram uma pequena elevação.

#### 4 Considerações Finais

O processo de descentralização política, administrativa e fiscal no Brasil, com o objetivo de redistribuir poder e recursos aos estados e municípios, estimulou o estado do Rio Grande do Sul a criar os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Econômico para organizar o território em regiões menores, onde se conseguiria estudar os problemas regionais de forma mais específica. Assim, os gastos públicos se tornariam mais eficientes, pois haveria um direcionamento do gasto para as áreas mais necessitadas e também uma fiscalização por parte dos Coredes, buscando uma melhor qualidade de serviços públicos.

Apesar da falta de crescimento que atingiu o estado, uma área que obteve índices de desenvolvimento sócio-econômico satisfatórios foi a Educação, atingindo sempre um valor acima de 0,800, alcançando o patamar de alto desenvolvimento. Um dos motivos é que a Educação representou uma das primeiras áreas a ter definições mais claras na Constituição de 1988, fixando percentuais mínimos de investimento no setor. No outro extremo encontra-se a área do Saneamento, com percentuais praticamente nulos de investimento dentro da Despesa Orçamentária Total de 1998 a 2006 e baixos índices de desenvolvimento, não ultrapassando 0,566 entre 2000 e 2004 (médio desenvolvimento). Isto demonstra que há necessidade de dar-se uma maior atenção dentro do estado ao setor. A área de Saúde do estado teve queda no seu índice no período de 2000 a 2004, no entanto, sempre posicionada acima de 0,800. No sentido inverso estão os gastos destinados à área, que foram crescentes de 1998 a 2003 e em 2004 elevou-se substancialmente. Espera-se que assim, o índice em 2005 ou 2006 possa recuperar o patamar do índice de 2000. A Renda do estado foi crescente no período de 2000 a 2004, mostrando o PIB *Per Capita* alto e crescente alcançado pelo Rio Grande do Sul, no entanto, ainda permanece classificada como médio desenvolvimento.

Entre os Coredes há disparidades nos índices, dependendo da área analisada. No bloco Saneamento, as dessemelhanças são mais visíveis, demonstrando que deve ser analisado de forma mais específica, pois a maioria dos Coredes obteve índices baixos. O Corede Médio Alto Uruguai é um exemplo, pois, em todos os anos pesquisados, seu índice não ultrapassou 0,307, posicionando-o como baixo desenvolvimento. O melhor índice, porém ainda insatisfatório, foi conquistado pelo Corede Serra, que obteve um valor em torno de 0,687, ficando

como médio desenvolvimento. A maioria dos Coredes não avançou nesse bloco, com exceção do Corede Hortências, que tinha um valor em torno de 0,490 até 2003 e, em 2004, alcançou um índice de 0,573. O único Corede que obteve queda no seu índice foi o Nordeste, que tinha 0,570 até 2003 e em 2004 caiu para 0,466. O bloco da Renda apresenta, entre todos os blocos, a menor oscilação entre os Coredes. O Corede que obteve os índices mais baixos também é representado pelo Médio Alto Uruguai, com valores médios de 0,655, no entanto, o Corede Paranhana obteve índices cadentes no período, ficando em 2004 abaixo do Corede Médio Alto Uruguai. O Corede com os maiores índices de Renda foi o Vale do Rio dos Sinos, com indicadores superiores a 0,800 em todos os anos, no entanto, o índice médio obtido entre todos os Coredes ficou em 0,731 (médio desenvolvimento econômico). O bloco da Saúde teve todos seus índices superiores a 0,800, significando que as variáveis coletadas para se analisar as condições de saúde do povo gaúcho foram satisfatórias, ou seja, o peso das crianças não está baixo ao nascer, há uma baixa taxa de mortalidade infantil e a expectativa de vida ao nascer está crescente. A mesma situação ocorre com a Educação dos Coredes, pois todos obtiveram índices superiores a 0,800, como reflexo da boa qualificação já analisada anteriormente para o estado.

### **Referências Bibliográficas**

- ACCURSO, Cláudio Francisco. *Estratégias de Desenvolvimento para o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- FEE. Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico. Disponível em: [http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_idese.php](http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php). Acesso em: ago. 2007.
- FEEDADOS. Disponível em: [http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel\\_modulo\\_pesquisa.asp](http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp). Acesso em: jul. 2007.
- IBGE. Cai a participação do Sudeste no PIB e sobe a dos estados ligados à agroindústria. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impresao.php?id\\_noticia=470](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=470). Acesso em: Setembro, 2007.
- IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?334194984>. Acesso em: ago. 2007.
- \_\_\_\_\_. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: nov. 2007b.
- PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano - 2005. *Racismo, pobreza e violência*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh/>. Acesso em: abr. 2007a.
- \_\_\_\_\_. Relatório do Desenvolvimento Humano – 2006. *Além da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh/>. Acesso em: abr. 2007b.

PRADO, Mário Luís Moreira. *Crescimento Econômico, Apropriação da Renda e Desenvolvimento Humano nos Municípios do Rio Grande do Sul entre 1990 e 2000*. Disponível em: [http://tede.pucrs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=292](http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=292). Acesso em: abr. 2007.

RIBEIRO, Eduardo Pontual e JÚNIOR, Sabino da Silva Porto. *Dinâmica espacial da Renda Per Capita e crescimento entre os Municípios da região Nordeste do Brasil – uma análise markoviana*. Disponível em:

<http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/E54.pdf>. Acesso em: Setembro, 2007.

RUMOS 2015. *Desenvolvimento Regional*. Vol. 1. Porto Alegre: Amanhã, 2005.

\_\_\_\_\_. *Estudo sobre Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes no RS*. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento, 2006.

SCP – Secretaria da Coordenação e Planejamento. *Plano Plurianual 2004 – 2007: Desenvolvimento Econômico; Inclusão Social; Combate às Desigualdades Regionais; Modernização da Gestão Pública*. Porto Alegre: SCP, 2003a.

\_\_\_\_\_. *Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do RS (IDESE) – 1991-00*. Porto Alegre: FEE, 2003b.

SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado. *Balanco Financeiro*. Disponível em:

[http://www.sefaz.rs.gov.br/SEF\\_root/sef/index.htm](http://www.sefaz.rs.gov.br/SEF_root/sef/index.htm). Acesso em: ago. 2007.

SEPLAG – Secretaria do Planejamento e Gestão. Disponível em:

<http://www.seplag.rs.gov.br/index.asp>. Acesso em: jul. 2007a.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/default.asp>. Acesso em: jul. 2007b.

\_\_\_\_\_. *Estudos Comparados*. Disponível em:

<http://www.scp.rs.gov.br/estadoscomparados>. Acesso em: jul. 2007c.

\_\_\_\_\_. *O RS em direção ao desenvolvimento sustentável. Trilhas Gaúchas*.

Disponível em:

[http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/RS\\_e\\_desenvolvimento\\_sustentavel\\_geral.pdf](http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/RS_e_desenvolvimento_sustentavel_geral.pdf).

Acesso em: jul. 2007d.